



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**  
Estado de São Paulo

**CERTIDÃO n.º 11/2023**

Eu, DIRCEU DA SILVA PAULINO, brasileiro, casado, empresário, inscrito no RG sob n.º 27.727.473-4 e junto ao CPF sob n.º 265.575.208-22, residente e domiciliado na Rua Santo Zavarize, n.º 120, Jardim Hélio Cruz, na cidade de Mogi Mirim/SP, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Mogi Mirim e a pedido do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, CERTIFICO que Projeto de Lei n.º 75/2022, cujo objeto era a Lei Orçamentária para o exercício de 2023, foi encaminhada à Câmara Municipal pelo Poder Executivo em 29 de abril de 2023.

Assim, a Audiência Pública do dia 29 de março não foi realizada pelo Poder Legislativo e, desta forma, não detemos posse da respectiva ata.

Já no tocante à Audiência Pública realizada no dia 24 de maio, encaminho anexo Lista de Presença e respectiva ata.

Sendo o que cumpria a certificar.

Mogi Mirim, 12 de abril de 2023.

  
**DIRCEU DA SILVA PAULINO**  
Presidente da Câmara Municipal de Mogi Mirim



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM

Estado de São Paulo

## LISTA DE PRESENÇA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REFERENTE O REQUERIMENTO Nº 180/2022, PARA EXPLANAÇÃO SOBRE “AS DIRETRIZES A SEREM OBSERVADAS PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2023”.

No dia 24 de maio de 2022, às 18h00, na Sala das Sessões “Vereador Santo Róttoli”, da Câmara Municipal de Mogi Mirim, instalada no pavimento superior do Edifício do Paço Municipal, deu-se Audiência Pública para explanação sobre “As Diretrizes a serem observadas para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2023, objeto do Requerimento nº 180/2022, de autoria da Vereadora Sonia Regina Rodrigues – “Sonia Módena”, atual presidente da Câmara, aprovado na sessão ordinária de 03 de maio de 2022. O processo foi autuado sob nº 109/2022 e o convite à população se deu através de publicação no Jornal Oficial de Mogi Mirim, edição de 06 de maio 2022, em atendimento ao constante no Artigo 225, IV, da Resolução nº 276, de 09 de novembro de 2010 (Regimento Interno Vigente). Deu-se ainda, o envio de convite aos segmentos de classe e à imprensa. Além de divulgações no site oficial da Câmara, em vários grupos e páginas em rede social, envio de email's e via whatsapp. Abertos os trabalhos, eis que se encontravam presentes:

NOME	RG
Sonia R. R. Módena	23958131.3
FABIO DE F. ZINETTI	34.740.097-3
Jacqueline Moreira	49945016.6
WELINGTON FERNANDO DE OLIVEIRA	47.733.556-1



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM

Estado de São Paulo

R.G.

Dr. Lucia M<sup>o</sup> Ferreira Tundo 9591-29

José Roberto A. Amorim Jr. 28857470-9

José Roberto A. Amorim Jr. 15660.266-0

José Roberto A. Amorim Jr. 20947200-3

Luiz Carlos Costa Jaqueira

Felipe Venício de Sousa 44.822.563-3

Jenara Mariana Ferreira 34.999.075-X

Alange Cristina Bordin Zanuzzi 16.570.275-8

Edson Domingos de Andrade 13.294.381

Antonio Carlos Figueira 18074349-1

Juliana C de Silva Pereira 45.315.685-X

Pedro Bazon Maranhão 28.588.330-1

Eduardo G. Spindão 16.122.643-7

Aline Pereira da Costa 21.655.164-X

Fidemia Souza Blonetti Junior 49.040.869-2

Genivaldo M. Lima 6062289.

Moisés da Rocha Dantas 28857462-X

Renan Marinho Cardoso 44.562.396-X

Edneuse Camilo Boneloni 17.762.819-4



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM**  
Estado de São Paulo



Antonio Claudio da Rocha Salgado 535.561.948-72  
Cristiano Santos Pastorksi 22413549392



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM

Estado de São Paulo

### ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Na data de 24 de maio de 2022 às 18:00 horas, teve início a Audiência Pública designada através do Requerimento n.º 180/2.022, aprovado unanimemente pelo Plenário da Câmara Municipal com o fito de debate a cerca do projeto de Lei nº 75 de 2022, que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de Mogi Mirim, (LDO). Iniciando os trabalhos, a Presidente da Câmara Municipal, Sonia Regina Rodrigues convidou o Secretário Financeiro, Mauro Zeuri para prestar explicações sobre o assunto da audiência pública. O Secretário informou que faria a apresentação da LDO 2023 explicando a formação dos valores de receita e despesa e na sequência abrirá para esclarecimentos de dúvida dos senhores vereadores, senhoras vereadoras e público presente. Mauro Zeuri reforçou que o planejamento não é só o Orçamento, que é toda uma estrutura de planejamento que tem o planejamento estratégico de governo, envolvendo o programa de governo aprovado nas eleições. Segundo o Secretário o programa de governo nas eleições é o espaço de governo, ou seja, a intenção e depois o espaço do fazer, a execução, sendo que pode ocorrer do desejo de governo ser maior que a possibilidade de executar depois. Portanto segundo ele, o Planejamento na Gestão Pública engloba o planejamento estratégico de governo, o planejamento administrativo (estrutura administrativa, RH, capacidade de modernização, parte do gerenciamento da Prefeitura), e o planejamento e ocupação do espaço urbano, que é o Plano Diretor, lembrando que foi aprovado na data de ontem, 23 de maio de 2022 pela Câmara Municipal, assim como outros planos diretores, plano de drenagem, plano de saneamento e o planejamento orçamentário, PPA, Plano Pluri Anual, LDO, Lei de Diretrizes Orçamentária e LOA Lei Orçamentária Anual. A junção dessas peças orçamentárias é que estabelecem como o plano vai ser executado ao longo do mandato. Através de uma figura ilustrativa, Mauro Zeuri mostra que embora as complicações que a legislação traz, existe uma parte comum a todas, podendo ser comparada com a nossa economia doméstica, que muitas vezes o custeio absorve nossos esforços, dificultando o investimento, portanto para o investimento é investido um grande esforço. Mauro explicou sobre o estabelecimento das diretrizes orçamentárias e avaliação de riscos para a formatação de uma LDO. Com relação as etapas do processo de elaboração



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM

Estado de São Paulo

da Lei de Diretrizes foi feita da seguinte forma: Mensagem e texto do Projeto de Lei, acompanhada dos anexos das Metas Fiscais, anexos das Metas do programa e Ações obedecendo a data limite. Houve, segundo ele uma evolução de receita de R\$599.944.880,00 (quinhentos e noventa e nove milhões, novecentos e quarenta e quatro mil oitocentos e oitenta reais), com previsão de crescimento de 10,8% (dez, oito por cento) em relação a receita prevista esse ano, incluindo todos os órgãos da administração. Na sequência foi apresentado quadro da Receita por Categoria Econômica sendo: Outras receitas correntes R\$15.652.430,00 (quinze milhões seiscentos e cinquenta e dois mil quatrocentos e trinta reais), equivalendo a 3% (três por cento); Operações de Crédito R\$24.200.000,00 (vinte e quatro milhões e duzentos mil reais), 4% (quatro por cento); Transferências de Capital R\$10.712.000,00 (dez milhões setecentos e doze mil reais) 2% (dois por cento); Receita de Serviços intra orçamentária (é receita que a Prefeitura paga, ou seja, receita para o SAAE, R\$5.303.000,00 (cinco milhões trezentos e três mil reais) 1% (um por cento); Outras Receitas Correntes, aqui há, segundo Mauro, um resquício de receita dos aposentados e estatutários antigos que entram nessa conta, R\$1.750.000,00 (Hum milhão setecentos e cinquenta mil reais) 0% (zero por cento); Impostos, Taxas e contribuições de Melhoria, trata-se de receita própria do município, sendo IPTU, ISS, Serviços, rendimento de aplicação financeira e outras receitas dos fundos, R\$163.405.670,00 (cento e sessenta e três milhões quatrocentos e cinco mil seiscentos e setenta reais) 27% (vinte e sete por cento); Contribuições de iluminação pública e outras receitas de contribuições, R\$11.624.000,00 (Onze milhões seiscentos e vinte e quatro mil reais) 2% (dois por cento); Receita patrimonial R\$2.160.700,00 (dois milhões cento e sessenta mil e setecentos reais) 0%; Receita de Serviços, maioria dessa receita é do SAAE, R\$59.563.880,00 (cinquenta e nove milhões quinhentos e sessenta e três mil oitocentos e oitenta reais) 10% (dez por cento); Transferências Correntes (já descontado Fundeb, são as transferências de impostos, do SUS - sistema Único de Saúde e da Assistência Social) R\$305.573.200,00 (trezentos e cinco milhões quinhentos e setenta e três mil e duzentos reais) 51% (cinquenta e um por cento). Como principais investimentos e ações o Secretário apresentou: Modernização Administrativa R\$850.000,00 (oitocentos e cinquenta mil reais); atualização do Georreferenciamento R\$550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais); Obras e Instalações R\$28.303.480,52 (vinte e oito milhões, trezentos e três mil quatrocentos e oitenta reais e cinquenta e dois centavos), Equipamentos e



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM

Estado de São Paulo

Material Permanente R\$2.290.000,00 (dois milhões duzentos e noventa mil reais), Aquisição de Imóveis R\$5.570.000,000 (cinco milhões quinhentos e setenta mil reais). Terminada a apresentação da LDO, Mauro Zeuri abriu para aos questionamentos. Vereador Geraldo Bertanha foi o primeiro a questionar a inclusão da Emenda Impositiva Municipal na LDO 2023, ao que o Secretário responde que não houve tempo hábil, para os assessores desta Casa de Leis, motivo pelo qual, ele Mauro enviou ofício, informando que ficaria a cargo da Câmara a decisão se faria a indicação da emenda impositiva na LDO, ou na LOA – Lei Orçamentária Anual. Mauro ressalta que a intenção é que já seja realizado um trabalho para que da próxima vez seja feito na LDO, para que o detalhamento seja feito no executivo porque quando a indicação é feita na LOA o detalhamento fica a cargo do vereador, correndo risco maior de cometer erro, segundo ele. A Presidente vereadora Sonia ressalta ao vereador G.B. que foi passado comunicado com relação a esse assunto. O vereador G.B. da continuidade as suas indagações perguntando a diferença da indicação das emendas impositivas na LDO e na LOA. Mauro Zeuri explica que LDO é o planejamento e na LOA cada um dos investimentos é mais detalhado, da fonte de receita de cada indicação, ou seja, na LDO basta indicar a indicação e o Poder Executivo, através da Secretaria Financeira indica como vai ser feita a emenda impositiva, ou seja na LDO facilita o trabalho dos vereadores. Tomando a palavra a Presidente, a Vereadora Sonia questiona dentro do contexto dos principais investimentos e ações e quer melhor detalhamento de aquisição de imóveis. Mauro Zeuri responde que trata-se de imóveis para habitação com previsão para ser gasto uma parte esse ano ainda. A Presidente pede para que Mauro volte e explique sobre despesas por secretaria, as despesas de gabinete, governo e administração. Mauro explica que o Gabinete tem boa parte do funcionamento do Gabinete, além do Tiro de Guerra e as instituições que tem parceria com a Prefeitura, os servidores cedidos para as instituições, que estão em uma única dotação dentro do Gabinete. Na administração são as despesas gerais, vale-transporte de outras secretarias, cesta básica, com exceção da saúde e educação, o restante do governo está na Administração. Na pasta de Governo locam-se as despesas de pessoal, PAT, Banco do Povo a Sub Prefeitura de Martim Francisco, a despesa do Aeroporto e uma despesa pequena para a implantação da escola de governo. Na Secretaria de Finanças ficam basicamente as despesas de pessoal, alguns contratos de uso comum, contrato de informática, CEBE, sistema tributário e um pouco para modernização. Tem várias receitas



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM

Estado de São Paulo

que estão vinculadas ao governo federal e operações de crédito que ficam contingenciadas até que a receita de fato seja efetivada, ou seja, só podem ser utilizadas, empenhadas e autorizadas a dar andamento assim que são efetivadas (com o recurso disponível). Tomando a palavra o vereador João Victor Gasparini questiona o planejamento orçamentário para transporte coletivo que está com R\$6.550.000,00 (seis milhões quinhentos e cinquenta mil reais) e se este vai ser utilizado dentro da Secretaria de Mobilidade Urbana ou se o Secretário está fazendo uma diferenciação. Mauro informa que o orçamento para transporte urbano é de R\$6 milhões somados a mobilidade urbana R\$6 milhões. Mauro explica que está sendo produzido, um projeto de lei, no executivo, um fundo de transporte coletivo que vai ser encaminhado para a Câmara para ser aprovado. Não havendo mais questionamentos a Presidente Sonia solicita que o Secretário faça as conclusões finais. Mauro agradece a oportunidade e a presença dos vereadores e vereadoras, se colocando à disposição para esclarecimentos de dúvidas nas comissões. Tomando a palavra a vereadora Luzia refere que houve aumento que vai ser pago e questiona quanto ficou o valor a ser pago ao funcionalismo público. Mauro informa que o limite da folha é 46% (quarenta e seis por cento) no 1º trimestre de 2022. Tomando a palavra a vereadora Joelma questiona as despesas por categoria econômica ao que corresponde o percentual de pessoal e encargos sociais de 39% (trinta e nove por cento). Mauro esclarece que se refere ao total do orçamento, incluindo SAAE e Prefeitura. O Secretário informa que na próxima semana terá audiência pública do fechamento do 1º quadrimestre e ele terá esse cálculo. Vereadora Joelma questiona também a receita do SAAE mas que esta autarquia também é agente arrecadadora. Mauro informa que o SAAE tem receita de tarifa e de algumas taxas que ele cobra. Mauro explica que no quadro da receita por fonte tem a receita do SAAE. Joelma também questiona se o contrato da SESAMM está dentro do SAAE ao que Mauro explica que sim. Vereadora Joelma refere que, estimulada pela Presidente, vereadora Sonia tem algumas dúvidas, por conta de apresentação técnica. Ela questiona também os valores da Agricultura e Meio Ambiente quase 4 milhões em cada uma e 1% em cada um também, tendo em vista problemas com pavimentação e pontos da cidade que necessitam de maior atenção como a Voçoroca, área de APP, mais específico porque foi ordenada nesse sentido? Porque hoje tem problema nas estradas rurais. Mais adiante podemos fazer novo ordenamento? Mauro explica que não está credenciado para falar sobre esse assunto, mas





# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM

Estado de São Paulo

que pela experiência que tem, sabe que em todo governo tem problema com as estradas rurais e que é necessário fazer investimento nas estradas em período sem chuvas, porque tem que se construir e o Oberdan está procurando realizar uma programação mais sólida. Mauro refere que tem que ser feita discussão mais detalhada. Vereadora Joelma questiona recursos que se o proprietário rural faz as declarações dele, via Dipam, e esse recurso que chega ao município ele tem uma pasta ou pode entrar pra agricultura? Mauro explica que é necessária uma discussão maior, mas que o Dipam é um recurso que diz quanto está recebendo e o impacto da receita de ICMS da produção rural e áreas rurais. Esse valor não tem um caixa separado, mas ele consegue ver o quanto arrecada e quanto gasta na área rural. Mas é necessário que os produtores rurais preencham os documentos e os servidores fiscais estão fazendo esse trabalho de conscientização para que o produtor emita a nota fiscal para a receita do município. Outro questionamento da vereadora Joelma é com relação aos Consórcio, saúde na pasta da saúde e serviços municipais, como é a distribuição? Mauro informa que está distribuído em várias secretarias e que todo recurso é identificado por centro de custo. Vereadora Joelma questiona a locação de imóvel sendo um único imóvel com várias secretarias. Mauro refere que o RH está dividido por secretaria, tem a educação e é dividido por secretaria. Sobre Georreferenciamento Joelma pergunta se é no sentido das áreas urbanas. Mauro relata que tem o georreferenciamento e que é necessária atualização e que após a captação de imagem, em 2016 houve mudanças. Joelma diz que como última pergunta para terminar a audiência ela retoma o assunto dos fundos que acaba criando mais trabalho do que o imaginado e se existe algum fundo único. Mauro refere que do ponto de vista legal é importante fazer, uma análise da eficiência e da exigência legal, para não se criar um fundo que não será utilizado. Joelma também questiona se quando o secretário lança um valor no fundo se já é o valor que tem no Termo de Fomento. Mauro informa que sim, e praticamente repete o valor do ano anterior. A presidente Sonia encerra a reunião tendo em vista que na sequência acontecerá a reunião sobre a Santa Casa. A Audiência Pública encerrou às 20:00 hs, seguindo assinada a presente Ata pela vereadora Presidente Sonia Regina Rodrigues e redigida por mim, Edneusa Camilo Boveloni, assessora Parlamentar.

Vereadora Presidente *Sonia Regina Rodrigues*  
"Sonia Módena"